

São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 Quarta-feira, 17 de abril de 2024 Edição N º 1008

datamercantil.com.br

Ministros de Lula vão ao Paraguai tentar evitar aumento da tarifa de Itaipu

Os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, estiveram no Paraguai na terça-feira (16) para tratar do preço da energia da usina de Itaipu.

Em 2023, o valor da tarifa de energia da binacional aumentou para US$ 16,71/ Kw (R$ 82,57 por kilowatt). Em março deste ano, a Folha de S.Paulo revelou que estudos internos da hidrelétrica mostravam que, na verdade, ele poderia ter caído para US$ 10,77.

A viagem dos dois ministros a Assunção teve como objetivo negociar com o Paraguai para evitar um aumento no preço. A reunião foi revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pela reportagem.

Silveira e Vieira se reuniram com o presidente paraguaio, Santiago Peña. O que o Brasil pretende é conseguir manter a tarifa em US$ 16,71 até 2025 e, a partir do ano seguinte, começar a reduzi-la.

O esforço dos ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ocorre no momento em que o governo federal busca iniciativas para reduzir a conta de luz, às vésperas das eleições municipais de 2024.

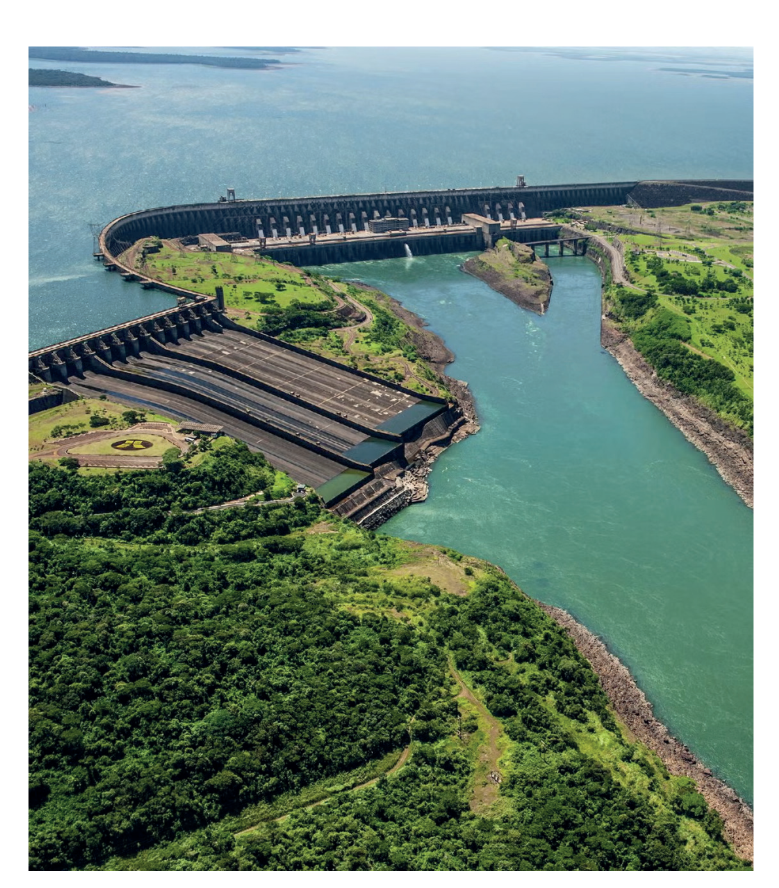
Como mostrou a Folha de S.Paulo, após publicar uma MP (medida provisória) para baixar a conta de luz no país em até 5% neste ano, a gestão petista busca mais R$ 35 bilhões para aliviar as faturas a partir de 2025.

A tarifa de energia é uma das principais preocupações do mandatário em meio à queda de popularidade identificada nas pesquisas, ao lado dos preços de alimentos e de combustíveis.

Pessoas envolvidas nas discussões relatam que uma das propostas é usar recursos do próprio Orçamento da União, mas o tema gera resistência do Ministério da Fazenda.

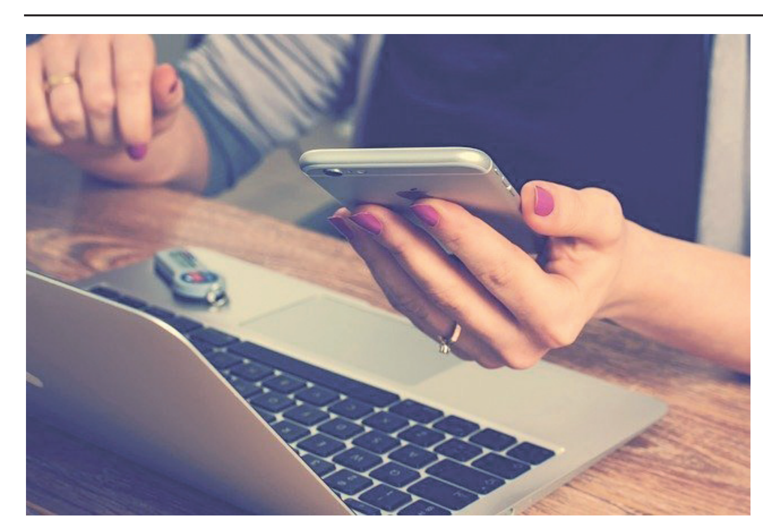
A pasta tenta manter a trajetória de melhora nas contas públicas enquanto vive um cenário de esgotamento das alternativas para a tarefa mas tem ouvido a argumentação de que, por outro lado, a medida poderia gerar benefícios para a economia como um todo.

Brasil e Paraguai discutem, desde o fim de 2023, o valor da tarifa de Itaipu.



Jão Gabriel/Folhapress

Economia



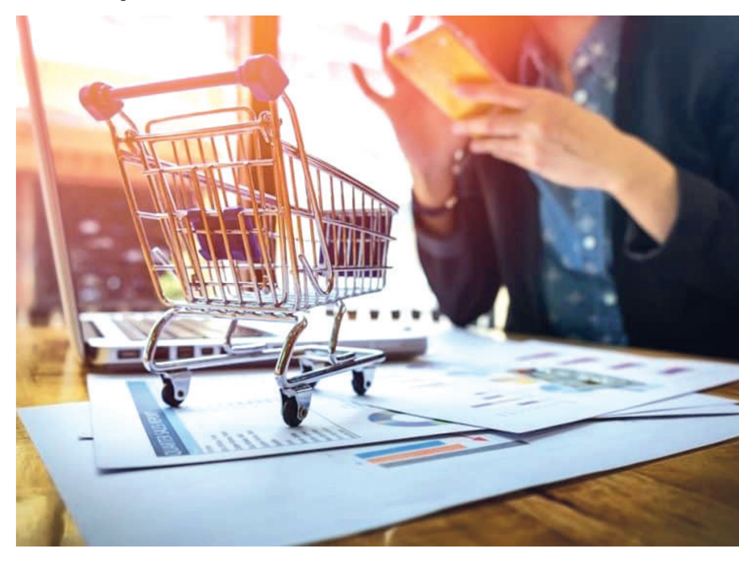
Apenas 22% dos brasileiros têm boas condições de conectividade

Página - 03

Mercado mantém otimismo com inflação e economia

Página - 03





1 ano após o escândalo na Americanas, Lemann vende empresa por aproximadamente R$35 bilhões

Página - 05

Ore Investments adquire ações da Alvo Minerals, visando minerais críticos

Página - 05

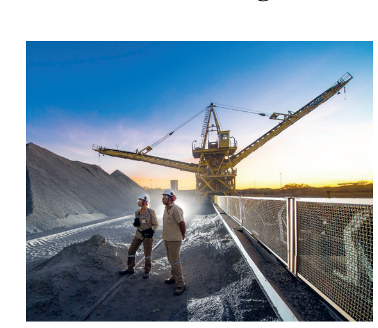
Política

Governo quer encomenda tecnológica ainda neste ano para transição energética

Página - 04

Haddad atribui ‘dois terços’ da alta do dólar acenário externo

Página - 04



No Mundo

Irã tem a 14ª maior força militar do mundo



O ataque do Irã a Israel no final de semana foi uma breve exibição da capacidade militar iraniana. Apesar de viver sob sanções há anos, o país está entre as 15 principais potências militares do mundo.

O Irã tem a 14ª maior força militar do mundo, segundo levantamento do Global Fire Power site internacional que mede as forças militares e faz um ranking anualmente. A lista de 2024 é baseada em mais de 60 fatores e tem 145 países. Nesse mesmo ranking, Israel aparece na 17ª colocação.

O país tem 650 mil militares, de acordo com dados de 2023 do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, um centro de estudos britânico. No Irã, a Força Aérea e a Marinha não são braços separados, como no Brasil e em outros países lá, estão subordinadas ao Exército.

A Guarda Revolucionária iraniana seria responsável por 190 mil desses combatentes. Apesar de ter menos tropas que o Exército regular, a Guarda é considerada a força militar de maior autoridade no Irã.

Ao todo, o Irã tem 1.996 tanques. Ainda segundo dados do Global Fire Power, o país tem também 551 aeronaves em sua força aérea, e 101 embarcações em sua força naval.

Os mísseis do Irã são a peça-chave de suas proezas militares. Segundo reportagem de 2020 da BBC, o país tem mísseis principalmente de curto e médio alcance. Eles são capazes de atingir Israel, países do Golfo, bases militares dos EUA na região e também partes da Europa. O jornal O Globo relatou os modelos do arsenal de mísseis do Irã: Fateh-110, com 300 km de alcance máximo; Fateh-313, com 500 km; Kheibar Shekan, com 1.500 km; Sejjil, com 2.000 km; e Somar, com alcance máximo entre 2.000 e 3.000 km.

Folhapress

Lula chama invasão da embaixada do México de inaceitável e diz que Equador deve pedir desculpas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou na terça-feira (16) a invasão da embaixada do México em Quito, no Equador, ocorrida no último dia 5, como "simplesmente inaceitável" e que impacta toda a região.

Em duro discurso na cúpula da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), Lula disse ainda que o Equador deve um pedido formal de desculpas.

"O que aconteceu em Quito, no último dia 5, é simplesmente inaceitável e não afeta só o México. Diz respeito a todos nós. Um pedido formal de desculpas por parte do Equador é um primeiro passo na direção correta", disse Lula.

O discurso não foi transmitido, mas o texto foi divulgado a jornalistas pela assessoria do presidente. "Medida dessa natureza nunca havia ocorrido, nem nos piores momentos de desunião e desentendimento registrados na América Latina e no Caribe. Nem mesmo nos sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente", afirmou, repetindo uma comparação já feita por nota do Itamaraty.

"Portanto, absolutamente nada justifica a cena a que assistimos em Quito. Nosso desafio agora é o de encontrar caminhos para a reconstrução da confiança e do diálogo", completou.

Lula oficializou ainda o posicionamento do Brasil sobre proposta da Bolívia de formar uma comissão com países da Celac para "acompanhar junto ao governo equatoriano, a evolução da situação e da saúde do ex-vice-presidente Jorge Glas".

Folhapress



Maduro fecha embaixada no Equador até que país "restitua direito internacional"


© Fausto Torrealba/REUTERS

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ordenou o fechamento de sua embaixada e consulados no Equador. Todos os diplomatas do país foram chamados imediatamente de volta para a Venezuela "até que o direito internacional seja restituído de maneira expressa pelo Equador".

A ordem foi dada durante a Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), realizada na terça-feira (16), para abordar a invasão da embaixada mexicana pela polícia equatoriana no começo do mês.

Para Maduro, a defesa do presidente equatoriano, Daniel Noboa, da ação da polícia, "é uma ameaça direta a todos os países que têm embaixadas no Equador". Ele disse que o presidente equatoriano se mostrou orgulhoso da invasão e chamou a atitude de "arrogante" e "prepotente".

A invasão da embaixada mexicana tinha como objetivo prender o ex-vice-presidente do Equador, Jorge Glas, condenado no país por corrupção, que acabou sendo levado, apesar da resistência de funcionários mexicanos, para uma penitenciária de Guayaquil.

Maduro disse que o ex-vice-presidente deve ser "restituído" à embaixada do México, seu asilo político deve ser reconhecido e o salvo-conduto deve ser concedido para que ele possa deixar o país "para recuperar sua saúde física das 'torturas' no México".

Para Noboa, o asilo concedido pelo México ao político é "ilegal", já que Glas é condenado por um crime comum e, segundo ele, o privilégio não poderia ter sido concedido. A posição, no entanto, é isolada na comunidade internacional, que repudiou o episódio.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

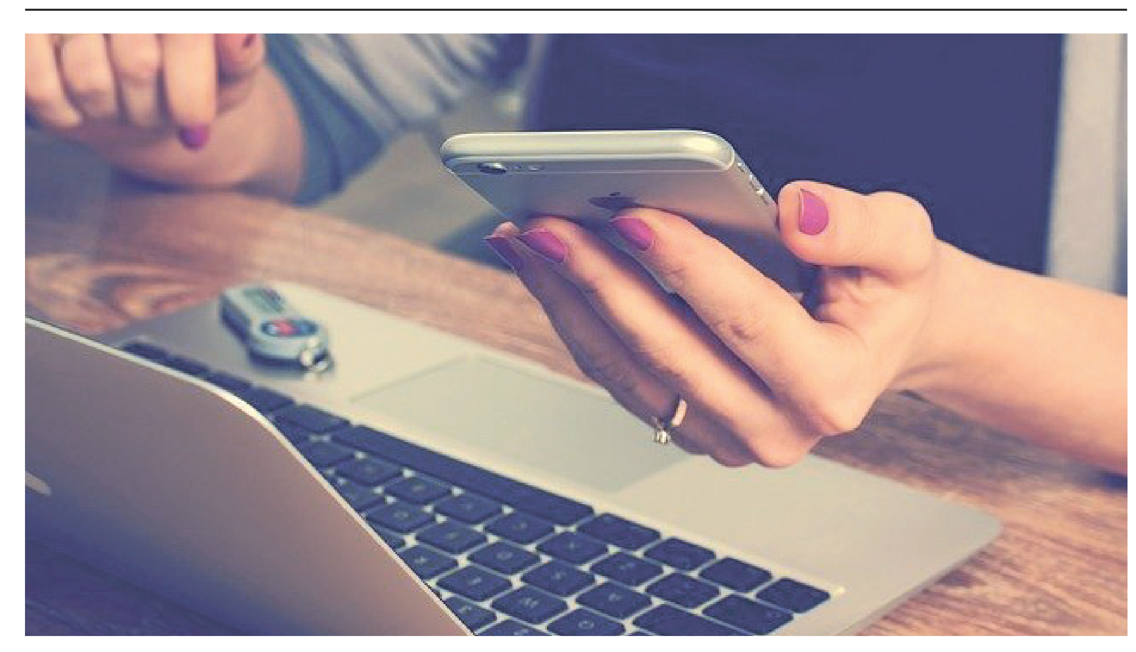
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Apenas 22% dos brasileiros têm boas condições de conectividade



Apenas 22% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade têm condições satisfatórias de conectividade, apesar de o acesso à internet estar perto da universalização no país. Outros 33% da população estão no nível mais baixo do índice que mede a conectividade significativa no país (de 0 a 2 pontos) e 24% ocupam a faixa de 3 a 4 pontos.

Os índices são mais baixos entre pretos e pardos, nas classes D e E, nas regiões Norte e Nordeste e nas cidades menores.

Os dados estão no estudo inédito Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil, lançado na terça-feira (16) pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). O estudo mediu a qualidade e efetividade do acesso da população às tecnologias digitais a partir de variáveis como custo da conexão, uso diversificado de dispositivos, tipo e velocidade de conexão e frequência de uso da internet.

A partir dessas variáveis, foram estabelecidos diferentes níveis de conectividade significativa, o que resultou numa escala de 0 a 9, na qual o score zero indica ausência de todas as características aferidas, enquanto o nove denota a presença de todas elas.

Apesar de 84% da população do Brasil já ser usuária de internet, as condições desse acesso são bastante desiguais, na avaliação de Graziela Castello, coordenadora de estudos setoriais no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br/NIC.br), e responsável pelo levantamento.

"Um jovem, por exemplo, que tem acesso apenas pelo celular, com um pacote de dados que termina antes do final do mês e sem conexão em casa, de saída já tem barreiras muito maiores para o aproveitamento das oportunidades da internet para sua formação e desenvolvimento profissional, quando comparado a outro jovem que consegue se conectar quando e onde quiser e que tem acesso a diferentes tipos de dispositivos, por exemplo", explica.

Sabrina Craide/ABR

Nota Fiscal Paulista libera R$ 65,8 milhões, maior repasse do ano

O governo de São Paulo liberou na terça-feira (16) mais de R$ 65,8 milhões em créditos para quem está cadastrado no programa Nota Fiscal Paulista.

O benefício será repassado para mais de 17 milhões de consumidores no maior montante disponibilizado neste ano, segundo dados da secretaria da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo.

Os créditos são referentes às compras feitas em dezembro do ano passado. As pessoas físicas receberão R$ 29,8 milhões e as entidades beneficentes repartirão R$ 35,3 milhões. Os condomínios cadastrados ficarão com R$ 40,3 mil, e as empresas do Simples Nacional terão direito a R$ 606,9 mil.

Este é o maior repasse do ano disponibilizado pela Sefaz. Em janeiro, foram liberados R$ 37,3 milhões. O programa disponibilizou R$ 38,3 milhões em fevereiro e subiu para R$ 39,3 milhões em março.

Os valores podem ser resgatados em até um ano pelo site ou aplicativo oficial do programa para uma conta-corrente ou conta-poupança, informando o CPF ou CNPJ e a senha cadastrada. A transferência ocorre em até 20 dias e a quantia mínima é de R$ 0,99. Após o prazo de um ano, os créditos perdem validade. Neste mês, os créditos disponibilizados em abril do ano passado perderão a validade.

Segundo o governo estadual, o programa distribui até 30% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) efetivamente recolhido pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores que solicitam a nota fiscal e incluem o CPF ou CNPJ, proporcional ao valor da nota.

A devolução é feita em créditos liberados mensalmente que podem ser resgatados em dinheiro ou utilizados para o pagamento do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Nesse caso, é preciso fazer a opção no site da Nota Fiscal Paulista até outubro, para usar o crédito no pagamento do imposto do ano seguinte.

Fernando Narazaki/Folhapress



Mercado mantém otimismo com inflação e economia



Expectativas de queda da inflação e otimismo com a economia do país. Este é o cenário projetado pelo mercado financeiro, segundo o boletim Focus, divulgado na terça-feira (14), em Brasília, pelo Banco Central.Com relação ao PIB, a soma de todas riquezas produzidas no país –, é a nona semana seguida de alta nas estimativas, com o mercado esperando crescimento de 1,95% em 2024.

Na semana passada, esperava-se que a economia cresceria 1,9% no ano, e, há quatro semanas, a expansão estava em 1,8%. Para os anos subsequentes, a estimativa se mantém estável há diversas semanas em 2% para 2025, 2026 e 2027. O mercado financeiro projeta uma inflação de 3,71% ao final de 2024, percentual abaixo do projetado há uma semana (3,76%). Há quatro semanas, esperava-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do país – fecharia 2024 em 3,79%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Câmbio e taxa básica de juros (Selic) romperam a expectativa de estabilidade, apresentando uma tendência de alta. No caso da Selic, cujas previsões anteriores estavam em 9% ao final de 2024, o mercado aumentou as estimativas para uma taxa de 9,13% este ano. As projeções se mantêm estáveis em 2025 (8,5%), 2026 e 2027 (8,5%).

Com relação ao dólar, o mercado aumentou de R$ 4,95 para R$ 4,97 a cotação esperada para o fim deste ano. Há quatro semanas, a cotação projetada estava em R$ 4,95. Para o ano que vem, as projeções da cotação da moeda norte-americana se mantêm estáveis há 14 semanas - em R$ 5. O mercado prevê uma cotação de R$ 5,03 para 2026; e de R$ 5,07 para 2027.

Pedro Peduzzi /ABR

Política

Governo quer encomenda tecnológica ainda neste ano para transição energética



O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação quer ter até o final deste ano um plano com prioridades e diretrizes do uso do poder de compra do Estado como incentivo à criação de tecnologias ligadas à transição ecológica, diz o secretário-executivo da pasta, Luis Fernandes. .

A ferramenta utilizada para esse fim serão as encomendas tecnológicas, em que o governo contrata empresas para desenvolver produtos inexistentes no mercado.

Em entrevista à Folha de S.Paulo no início do mês, o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Ricardo Dubeux, disse que o poder de compra do governo será usado para superar gargalos tecnológicos em áreas escolhidas como prioritárias, como energias solar e eólica, além da produção de hidrogênio verde e biocombustíveis. Dubeux lidera o Plano de Transição Ecológica do governo.

A encomenda tecnológica surge a partir de uma demanda de inovação advinda de algum ministério, órgão público ou empresa estatal. O MCTI é responsável por estruturar o desenvolvimento da tecnologia junto à empresa ou instituto contratado e, ao fim, o demandante se compromete a comprar o novo produto em escala.

O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, regulamentado em 2018, excluiu a necessidade de licitações em caso de compra de produtos inovadores, como é a intenção do uso dessas encomendas no contexto da transição ecológica.

Esse mecanismo chegou a ser questionado pelos europeus na discussão sobre um acordo entre Mercosul e União Europeia posição que Fernandes avalia como hipócrita.

Parte dos R$ 300 bilhões do programa Nova Indústria Brasil (NIB), apresentado pelo governo Lula no ano passado, vai para o uso dessas encomendas, ainda que o valor não tenha sido divulgado.

"[Para estabelecer esse valor, precisamos saber] quais são as demandas que irão, digamos assim, fechar o ciclo da inovação daqueles desafios da transição energética e da transição ecológica", diz Fernandes. Pedro Lovisi/Folhapress

Senado deve liberar R$ 15 bi a Lula antes de Congresso analisar vetos a emendas

A sessão do Congresso Nacional para analisar alguns vetos do presidente Lula (PT), prevista para ocorrer nesta semana, foi adiada, segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

No Orçamento de 2024, o presidente havia vetado R$ 5,6 bilhões para emendas a parlamentares -o que provocou reações negativas no Congresso e mobilização pela derrubada do veto.

Randolfe afirmou à Folha de S.Paulo que a decisão foi tomada para que o Senado pudesse apreciar mudança aprovada no arcabouço fiscal que libera mais R$ 15 bilhões ao presidente Lula (PT) de forma imediata e que foi aprovada por deputados na semana passada. Ele se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na noite da segunda-feira (15).

Segundo ele, a sessão sobre os vetos irá ocorrer na próxima quinta-feira (25) e não mais no dia 18.

"Nós só podemos fazer uma sessão do Congresso para apreciação de vetos que importem no aumento de despesas se tivermos a apreciação da alteração do artigo 14 do arcabouço", diz Randolfe, referindo-se ao veto de R$ 5,6 bilhões às emendas de comissão dos parlamentares no Orçamento.

Se essa aprovação não ocorresse antes da análise do veto, o governo corria o risco de precisar fazer cortes no Orçamento dos ministérios, afirmam parlamentares. Isso porque hoje não há espaço para repassar o dinheiro aos congressistas.

"Nós só estamos abrindo isso para que caiba no Orçamento as posições do Congresso em relação ao que o Congresso aprovou sobre a desoneração dos 17 setores, a previdência dos municípios, ao Perse e à provável derrubada do veto das emendas de comissão", completou Randolfe.

Julia Chaib/Folhapress



Haddad atribui 'dois terços' da alta do dólar acenário externo



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atribuiu "dois terços" da alta do dólar ao cenário externo. Nesta terça, a moeda americana chegou a bater R$ 5,28, o maior valor em mais de um ano. A disparada ocorre um dia após o governo confirmar a revisão da meta fiscal para o próximo ano, de um superávit de 0,5% para zero.

"Eu estou acompanhando, evidentemente, junto ao Tesouro e ao Banco Central o que está acontecendo. Está havendo uma reprecificação de ativos no mundo inteiro. Hoje, por exemplo, o peso mexicano está sofrendo mais do que o real brasileiro. Indonésia também", disse a jornalistas em Washington (EUA), onde chegou na manhã da terça para participar de encontros do FMI, Banco Mundial e G20.

Haddad atribuiu o cenário turbulento a dados de atividade dos EUA, como a inflação ainda persistente, e o conflito no Oriente Médio e seu potencial impacto no preço do petróleo.

"Tem muita coisa que está fazendo com que o mundo esteja atento ao que está acontecendo nos Estados Unidos e o dólar está se valorizando frente às demais moedas. Eu diria que isso não explica tudo o que está acontecendo no Brasil, mas explica dois terços do que está acontecendo no Brasil", afirmou.

Questionado se o terço restante poderia ser atribuído à revisão da meta fiscal, o ministro disse que acredita que "precisamos explicar melhor" o que vai acontecer com as contas públicas brasileiras.

"Nós queríamos antecipar o quanto antes o equilíbrio fiscal. Mas nós estamos numa democracia e nós estamos negociando as medidas com o Congresso", disse.

Sem mencionar explicitamente derrotas recentes do governo no Legislativo, Haddad afirmou que a Fazenda precisa "negociar todas as medidas, caso a caso e, em geral, com perdas". "Na negociação, sempre a Fazenda acaba ficando desfalcada de algum pedaço que era importante para o fechamento das contas", afirmou o ministro.

Fernando Perrin/Folhapress





Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

1 ano após o escândalo na Americanas, Lemann vende empresa por aproximadamente R$35 bilhões



Após mais de um ano da crise nas Lojas Americanas, e do descobrimento do rombo contábil de R$ 20 bilhões, uma nova empreitada na 3G Capital, empresa de investimentos liderada por Jorge Paulo Lemann, emerge nos noticiários. A empresa vendeu sua participação completa de 16,1% na Kraft Heinz no final de 2023.

As informações são conforme a CNBC. Atualmente, especula-se que o valor dessa participação alcançaria aproximadamente R$ 35 bilhões. A operação, realizada discretamente, veio a público na quarta-feira (10). Os bilionários brasileiros, junto com Warren Buffett, foram os arquitetos da fusão que, há quase nove anos, originou a Kraft Heinz.

Desse modo, o movimento sinaliza o término de um capítulo significativo na história de um dos maiores conglomerados alimentícios do planeta. A trajetória da 3G Capital à frente da Kraft Heinz foi marcada por polêmicas.

Entre elas, destacam-se uma desvalorização contábil de US$ 15,4 bilhões em 2019, uma multa de US$ 62 milhões imposta pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC). Além de várias ações coletivas judiciais nos Estados Unidos.

A presença da empresa de private equity na gestão da Kraft Heinz vinha se reduzindo gradativamente. Desse modo, passando de três representantes no conselho de administração, no auge de sua influência, para nenhum em julho de 2022.

De acordo com a CNBC, o Berkshire Hathaway, liderado por Buffett, mantém-se como o principal acionista, detendo 26,8% da companhia.

A própria Kraft Heinz confirmou a saída da empresa de Lemann através de um comunicado à CNBC, esclarecendo que a gestora havia se desfeito completamente de sua participação na empresa em 2023.

"A 3G Capital não participa da gestão nem do conselho da Kraft Heinz há anos, embora tenha permanecido como investidora até recentemente. Portanto, recebendo o mesmo tratamento que qualquer outro investidor", esclareceu a corporação.

Fusões & Aquisições

Ecozona Ambiental S.A.

CNPJ/ME nº 43.476.304/0001-32 – NIRE 35.300.576.713

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022

Local, horário e data: Dia 30/11/2022, às 10 horas, na sede social da "Companhia", com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, dispensando a convocação. **Mesa**: Presidente: **Damaris Zancanaro**; Secretário: **Giuseppe Pinelli**. **Deliberações da Ordem do Dia**: Por unanimidade: **1.** A emissão de 3.000.000 de debêntures ("Debêntures"), a serem integralmente subscritas e integralizadas pela **Ecozona Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 42.566.934/0001-35 e NIRE 35.237.409.622 ("Debenturista"), pelo valor total de R$ 30.000.000,00, em moeda corrente nacional ("Emissão"). A Emissão deverá ser realizada sob os seguintes termos ("Escritura"): **(i)** Número da Emissão. Constitui a 4ª emissão de Debêntures. **(ii)** Valor Total da Emissão. R$ 30.000.000,00 na Data de Emissão. **(iii)** Valor Nominal. R$ 10,00. **(iv)** Quantidade e Série. As 3.000.000 Debêntures serão emitidas em uma única série. **(v)** Espécie. Quirografária. **(vi)** Conversibilidade. O Valor Nominal Unitário, somado à Remuneração e demais encargos, poderá ser convertido em ações ordinárias de emissão da Emissora ("Ações"). **(a)** A Conversão será facultativa, podendo ocorrer a qualquer tempo e a critério único e exclusivo do Debenturista. **(b)** A Conversão ocorrerá quando do recebimento da Notificação de Conversão pelos acionistas. **(c)** A Emissora e os seus acionistas deverão realizar todos os atos necessários à emissão das respectivas Ações. **(d)** As Debêntures serão convertidas em 30.000.000 de Ações de emissão da Emissora. **(e)** As Debêntures objeto da Conversão serão canceladas. **(f)** Os procedimentos legais para formalizar a integração do Debenturista ao quadro societário da Emissora deverão ser finalizados em até 30 dias corridos, contados da data da Notificação da Conversão. **(vii)** Destinação dos Recursos. Serão utilizados integralmente para o financiamento do capital de giro e outras atividades usuais da Emissora. **(viii)** Garantias. Não possuem garantias. **(ix)** Prazo e Data de Vencimento. A amortização do Valor Nominal Unitário de cada Debênture deverá ser pago pela Emissora em 1 parcela, com vencimento no 5º ano após a Data de Integralização. **(x)** Atualização Monetária e Remuneração. As Debêntures não serão atualizadas monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) incidirão juros remuneratórios de 12% ao ano. **(xi)** Vencimento Antecipado. O Debenturista terá o direito de declarar antecipadamente vencidas e exigir o pagamento imediato, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures. **(xii)** Pagamentos. Os pagamentos deverão ser realizados pela Emissora para o Debenturista, em moeda corrente nacional. **(xiii)** Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. **(xiv)** Data de Emissão. 01/12/2022. **(xv)** Data de Subscrição. Data de Emissão. **(xvi)** Subscrição. As Debêntures serão subscritas pelo Debenturista via assinatura do Boletim de Subscrição. **(xvii)** Integralização. Será realizada pela Emissora, em parcelas sucessivas. **(xviii)** Negociação. As Debêntures poderão ser negociadas e transferidas a terceiros, total ou parcialmente, desde que a oferta e a negociação sejam realizadas de forma privada. **(xix)** Escritura de Emissão. Serão tratados detalhadamente na Escritura. **2.** Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos e quaisquer documentos, e praticar todos os atos necessários ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a celebração da Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos. **3.** Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas: Mesa:** Presidente: Damaris Zacanaro; Secretário: Giuseppe Pinelli. **Acionistas:** Damaris Zacanaro e Ecozona Participações Ltda. (representada por Giuseppe Pinelli). São Paulo, 30/11/2022. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.324/24-6 em 11/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.** Nos termos da clausula 10, do respectivo Termo de Securitização, a reunirem-se em **1º Convocação,** para Assembleia Geral de Titulares do CRI, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, pela plataforma Teams, administrada pela Emissora, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Investidores que enviarem solicitação para amanda.melo@bsicapital.com.br e/ou fiduciario@commcor.com.br, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), a realizar-se em 07 de maio de 2024, às 10:00 horas da manhã, para deliberar sobre a ***aprovação ou não*** das seguintes ordens do dia: ***(i)*** *A utilização decretação ou não de vencimento antecipado devido a insuficiência de recursos no fundo de liquidez;* ***(ii)*** *A utilização dos recursos disponíveis no fundo de obras para pagamento da PMT do CRI I e II referente ao mês de abril/2024;* ***(iii)*** *A utilização dos recursos disponíveis no fundo de obras para pagamento da PMT referente ao mês de maio/2024 caso necessário;* ***(iv)*** *Aprovação das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2023; (v) Autorização para substituição do service (Maximus);* ***(vi)*** *Autorização para substituição do agente de medição (empírica engenharia);* ***(vii)*** *Autorização para contratação de uma empresa especializada em validação de cronograma e orçamento de obras;* ***(viii)*** *Reestruturação ou não da operação conforme os termos a serem discutidos no âmbito da AGT;* ***(ix)*** *concessão de carência de 12 (doze) meses para pagamento de amortização dos CRI, a contar da parcela de maio/2024, sem pagamento de prêmio ou multas pelas cedentes CAPP4 e C&M;* ***(x)*** *autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as matérias aprovadas.* A Securitizadora deixa registrado que o quórum de instalação e o de deliberação em primeira convocação é de titulares dos CRI que representem pelo menos 50% dos CRI em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número conforme redação da clausula 10.4 e 10.11 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar por procuração, acompanhada de cópia de documento de identidade, regulamentos de fundos ou contrato social que deverão ser previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. Em relação à data de realização da assembleia, os titulares devem apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência. São Paulo, 16 de abril de 2024. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (17, 18 e 19/04/2024)

Ore Investments adquire ações da Alvo Minerals, visando minerais críticos



A Alvo Minerals anuncia que concluiu uma colocação estratégica com o grupo brasileiro de private equity Ore Investments Ltda., por meio da qual a Ore Investments irá adquirir 23.314.286 ações ordinárias totalmente integralizadas da Alvo a um preço de emissão de $ 0,1750 por Nova Ação e o acionista substancial existente Strata Investments Holdings Plc adquirir 714.286 Novas Ações nos mesmos termos, levantando coletivamente um total de A$ 4,2 milhões.

Há um compromisso da Ore Investments de investir A$ 4,1 milhões, o que resultará em uma participação de 19,9% na Aura Minerals. A Strata Investment por sua vez, investirá A$ 125 mil. O preço da colocação, de A$ 0.175 representa um prêmio de 17% sobre a última cotação, de A$ 0,15. Com a aquisição, a Ore Investment vai nomear um diretor para o Board da Alvo.

Os recursos obtidos com a captação serão usados prioritariamente em trabalhos de exploração regional no projeto Palma de Cobre-Zinco e em avanços nos projetos Bluebush e Iporá, de argila iônica com terras raras.

Rob Smakman, director-gerente da Alvo, deu as boas-vindas para a Ore Investment e considerou que a aquisição é um ganha-ganha para ambas as partes, já que a Alvo pode obter sucesso em seus trabalhos de exploração e adicionar valor para os acionistas.

"Após um extenso processo de due diligence, o investimento é uma prova do trabalho árduo da nossa equipe e do excepcional potencial de exploração dos nossos projetos de minerais críticos. Os fundos se concentrarão na perfuração de novos prospectos no Projeto Palma Copper and Zinc, bem como no Projeto Bluebush Ionic REE. Esperamos colaborar com a Ore Investments para gerar valor para todas as partes interessadas e contribuir positivamente para o setor de recursos brasileiro."

A Alvo Minerals é uma empresa ativa de exploração de minerais críticos, com uma base de exploração estabelecida na região central do Brasil.

Fusões & Aquisições

nstech S.A.

CNPJ/MF nº 35.714.295/0001-42

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico da publicação por meio do seguinte jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.840	98.384	86.272	184.895
Contas a receber	–	–	140.899	106.451
Estoques	–	–	1.301	907
Impostos a recuperar	2.036	1.135	13.798	13.742
Adiantamentos	–	–	6.809	6.027
Despesas antecipadas	248	9	2.777	1.635
Outros ativos	–	–	4.438	719
	5.124	**99.528**	**256.294**	**314.376**
Não circulante				
Aplicação financeira	–	–	836	704
Partes relacionadas	179	–	16	–
Depósitos judiciais	–	–	673	1.077
Impostos diferidos	–	–	3.032	140
Outros ativos	–	–	875	727
Investimentos	1.238.615	1.106.040	9.445	47.659
Direito de uso	–	–	21.239	29.520
Imobilizado	–	–	25.845	18.804
Intangível	33.385	41.882	1.351.123	1.294.077
	1.272.179	**1.147.922**	**1.413.085**	**1.392.708**
Total do ativo	**1.277.303**	**1.247.450**	**1.669.378**	**1.707.084**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores	34	6	65.692	61.403
Contas a pagar de combinação de negócios	–	2.981	51.098	99.890
Empréstimos e financiamentos	–	–	20.591	20.050
Passivos de arrendamentos	–	–	10.862	7.433
Salários e encargos a pagar	–	–	65.445	51.056
Impostos e contribuições a recolher	4	2.227	7.688	17.757
Outras contas a pagar	12	–	13.131	13.921
	50	**5.214**	**234.507**	**271.510**
Não circulante				
Contas a pagar de combinação de negócios	–	–	85.793	91.184
Partes relacionadas	1.188	2.198	8	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	4.664	24.207
Passivos de arrendamentos	–	–	11.194	24.018
Obrigações tributárias	–	–	734	1.268
Provisão de contingências	–	–	15.743	13.188
Imposto de renda e CSLL diferidos	11.304	14.181	113.851	79.539
Outros passivos	–	–	2.759	290
	12.492	**16.379**	**234.747**	**233.694**
Patrimônio líquido				
Capital social	69.394	68.184	69.394	68.184
(-) Capital a integralizar	(12.618)	(18.535)	(12.618)	(18.535)
Reserva de capital	640.377	804.768	641.162	642.810
Ajuste de avaliação patrimonial	537.605	370.743	471.437	508.425
Reserva legal	698	698	698	698
Reserva de lucros	29.305	–	29.305	–
Acionistas não controladores	–	–	746	299
	1.264.761	**1.225.857**	**1.200.123**	**1.201.880**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.277.303**	**1.247.450**	**1.669.378**	**1.707.084**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais)*

					Reservas de lucros					
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Capital a integralizar**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**	**Acionistas não controladores**	**Patrimônio líquido total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**49.148**	**603.661**	**(23.035)**	**139.773**	**698**	**13.221**	**–**	**783.466**	**530**	**783.996**
Reclassificação de reserva de capital	–	(162.199)	–	162.199	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reclassificado	**49.148**	**441.462**	**(23.035)**	**301.972**	**698**	**13.221**	**–**	**783.466**	**530**	**783.996**
Integralização e aumento de capital social	19.036	4.780	4.500	4.150	–	–	–	32.466	–	32.466
Reserva de ágio	–	235.240	–	–	–	–	–	235.240	–	235.240
Instrumento de combinação de negócios	–	–	–	201.857	–	–	–	201.857	–	201.857
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	(24)	12	(12)	(2.248)	(2.260)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	446	–	–	–	446	–	446
Prejuízo do exercício	–	(38.671)	–	–	–	(13.197)	(12)	(51.880)	2.017	(49.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**68.184**	**642.810**	**(18.535)**	**508.425**	**698**	**–**	**–**	**1.201.582**	**299**	**1.201.880**
Integralização e aumento de capital social	1.209	–	5.917	–	–	–	–	7.126	–	7.126
Reserva de benefício fiscal	–	(1.647)	–	–	–	–	–	(1.647)	–	(1.647)
Aquisição de participação de acionista minoritário	–	–	–	(42.197)	–	–	–	(42.197)	–	(42.197)
Instrumento de combinação de negócios	–	–	–	4.663	–	–	–	4.663	–	4.663
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	546	–	–	–	546	–	546
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	29.305	29.305	447	29.752
Destinação para reservas	–	–	–	–	–	29.305	(29.305)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**69.394**	**641.162**	**(12.618)**	**471.437**	**698**	**29.305**	**–**	**1.199.378**	**746**	**1.200.123**

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	–	–	760.436	582.416
Custo dos serviços prestados	–	–	(279.890)	(228.756)
Lucro Bruto	**–**	**–**	**480.546**	**353.660**
Despesas Operacionais				
Despesas com vendas e marketing	(32)	(54)	(28.516)	(16.932)
Despesas administrativas	(3.742)	(4.104)	(218.378)	(193.176)
Amortização de ativos- aquisições	(8.461)	(12.507)	(68.181)	(58.683)
Outras receitas e despesas, líquidas	39	(4)	6.041	(10.712)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **23**	–	–	(106.461)	(70.386)
Resultado de equivalência patrimonial **23**	36.344	(51.790)	(2.194)	(3.085)
Lucro (prejuízo) operacional	**24.148**	**(68.459)**	**62.857**	**685**
Receita Financeiras	2.393	17.310	19.008	23.900
Despesas Financeiras	(112)	(825)	(29.564)	(51.445)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**26.429**	**(51.974)**	**52.301**	**(26.860)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(4.158)	(32.645)	(41.569)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.877	4.252	16.219	18.566
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**29.306**	**(51.880)**	**35.875**	**(49.863)**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	29.305	(51.880)	29.305	(51.880)
Não controladores	–	–	6.569	2.017
	29.305	**(51.880)**	**35.875**	**(49.863)**
Quantidade de ações	69.607	69.515	69.607	69.515
Quantidade de ações – média ponderada	96.591	118.532	96.591	118.532
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital – em reais	0,30	(0,44)	0,27	(0,42)

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**29.305**	**(51.880)**	**35.874**	**(49.863)**
Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	–	–	992	446
Ajustes de avaliação patrimonial				
Aquisição de participação de acionista minoritário	–	–	(42.197)	(24.963)
Instrumento patrimonial de combinação de negócios	471.437	508.425	471.437	508.425
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**500.742**	**456.545**	**466.106**	**(434.045)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	26.428	(51.974)	52.300	(26.860)
Ajustes do lucro				
Depreciações	–	–	5.970	4.328
Amortizações	8.498	12.338	11.470	64.358
Amortizações decorrentes de combinação de negócios	–	–	70.938	–
Amortização dos contratos de arrendamentos	–	–	6.342	6.824
Ganho na alienação de arrendamentos	–	–	(1.532)	–
Baixa do ativo imobilizado	–	–	(29)	42
Provisão para contingências	–	–	2.556	579
Perdas (ganhos) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	–	–	(12.206)	14.626
Juros sobre contratos de arrendamentos	–	–	2.238	2.073
Juros passivos sobre contratos de empréstimos	–	–	5.968	8.797
Juros passivos sobre combinação de negócios	–	–	10.789	15.531
Equivalência patrimonial	(36.344)	51.790	1.156	3.085
	(1.418)	**12.154**	**155.960**	**93.384**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(22.242)	(59.285)
Impostos a recuperar	(901)	(995)	(56)	(4.179)
Adiantamentos	–	4	(782)	(142)
Depósitos judiciais	–	–	404	(32)
Outros ativos	(418)	938	(5.552)	(1.668)
Fornecedores e contas a pagar	29	(74)	4.289	26.460
Salários e encargos a pagar	–	(1)	14.389	23.576
Obrigações tributárias	(52)	2.193	(850)	6.633
Outros passivos	(998)	(2.686)	1.687	(1.005)
	(3.758)	**11.532**	**147.247**	**83.742**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.170)	–	(27.242)	(28.553)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	–	–	(5.946)	(8.742)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(5.929)**	**11.532**	**114.059**	**46.447**
Das atividades de investimento				
Caixa inicial decorrente da combinação de negócios	–	–	16.966	5.856
Aquisição de imobilizado e intangível	–	–	(60.259)	(8.194)
Aquisição de participação de controladas	(2.981)	(2.399)	(141.245)	(180.613)
Recebimento de dividendos	19.436	–	–	–
Investimento em controladas	(114.619)	(209.394)	–	–
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(98.164)**	**(211.793)**	**(184.538)**	**(182.951)**
Das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	908	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	(19.932)	(22.711)
Pagamento de passivos de arrendamentos	–	–	(7.581)	(8.319)
Pagamento de juros de aquisição de participação de controladas	–	–	(8.665)	(4.656)
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias	3.628	234.999	1.209	234.999
Integralização e aumento do capital social	5.917	15.001	5.917	15.001
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**9.545**	**250.000**	**(28.144)**	**214.314**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(95.544)**	**49.739**	**(98.623)**	**77.809**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	98.384	48.645	184.895	107.086
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.840	98.384	86.272	184.895
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(95.544)**	**49.739**	**(98.623)**	**77.809**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A nstech S.A. ("Controladora" e em conjunto com as suas controladas, "Companhia", "Grupo nstech" ou "nstech") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no estado de São Paulo, capital. Seu objeto social é a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista. A nstech é uma plataforma open logistics e têm como objetivo construir o futuro digital do transporte de cargas junto a todo o ecossistema logístico. Este objetivo está fundamentado em soluções digitais inovadoras que promovam a eficiência nas operações logísticas, com redução na emissão de CO2, acidentes e roubos de cargas. A nstech possui clientes em 12 países – Brasil, México, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Chile, Argentina, El Salvador, Paraguai, Portugal e Angola. **2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em reunião pela Administração realizada em 02 de abril de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos gerados em transações de combinações de negócios e instrumentos financeiros, aos quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), mesma moeda de apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos na data de cada fechamento de balanços. Todos os valores apresentados nesta demonstração financeira estão expressos em milhares de reais, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outro modo. **2.4 Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à sua controlada e finaliza quando deixa de exercer o controle. As demonstrações contábeis das controladas utilizadas na consolidação foram elaboradas na mesma data base de apresentação da controladora. Os saldos intragrupo de receita, despesa e ganhos ou perdas não realizadas são totalmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor de custo. **Participação de não controladores:** A Companhia adotou como prática mensurar a participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 não há controladas direta ou indiretamente que possuam participações significativas detidas por acionistas não controladores. **2.6 Resumo das principais políticas contábeis: a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como reconhecimento inicial ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio de sua controlada para a gestão desses ativos. Com exceção do contas a receber de clientes que não contenham componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros também é fornecida na seguinte nota explicativa: • Contas a receber de clientes – Nota 7. • Perda por redução do valor recuperável (Impairment) –Nota 12(f): A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia e suas controladas para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Uma PECLD é constituída quando há evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dos recebíveis. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar em falência ou reorganização financeira e inadimplência ou inadimplência dos pagamentos são considerados indicadores de que o recebível está deteriorado. O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontando à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no mesmo grupo de contas. Uma análise do aging (idade) do contas a receber é feita mensalmente e uma atenção especial deve ser data ao recebimento destes títulos. Qualquer risco identificado de não recuperabilidade deve ser apresentado nas contas. Para saldos vencidos há mais de 180 dias, para todas as contas a receber deve haver documentação comprobatória em relação ao seu recebimento. Adicionalmente, para os clientes que possuírem contas a receber vencidos acima de 180 dias e este valor representar mais que 50% do seu valor total em aberto, 100% do saldo deste cliente deverá ser provisionado como PECLD. **(ii) Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e obrigações por aquisição de investimentos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado; e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos, dívidas de aquisições e arrendamento mercantil concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia e suas controladas designaram algumas obrigações por aquisição de investimento (Nota 16) de passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, incluem numerário em poder da Companhia e suas controladas, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. **c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído impairment, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (Nota 13). **d) Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas, aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **e) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas e receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Em relação as controladas estas são as taxas fiscais para os bens do ativo imobilizado:

Classe	**Período**
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 – 5 anos

Os métodos, taxas e vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente, ou quando qualquer evidência de deterioração do valor for identificada antes do período de um ano, em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável, caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo. **(i) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e o ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g) Perda por redução do valor recuperável (*Impairment*):** A Companhia avalia, a cada data de balanço, se existe uma indicação de que um ativo pode apresentar redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de *impairment* de um ativo for necessário, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos.

continua ...

Publicidade Legal

... continuação

nstech S.A.

Quando o valor contábil de um ativo ou uma UGC ultrapasse seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da controlada na qual a UGC opera, que reflete os riscos específicos da UGC e é derivado de seus negócios existentes e respectivos riscos. A Companhia baseia seu cálculo de *impairment* nos orçamentos e cálculos de projeção mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que neste caso são os grupos empresariais adquiridas pela nstech, ou seja, as UGCs são as empresas às quais os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de 10 anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o terceiro ano. As perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado. Para os ativos não financeiros, excluindo o goodwill, é efetuada uma avaliação em cada data e balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por impairment anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se houver tal indicação, a companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por impairment anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por impairment foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado. O goodwill e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para impairment no mínimo anualmente em 31 de dezembro, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar apresentado por valor superior ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros. A Administração concluiu que o cálculo de *impairment* realizado não apresentou impactos na mensuração e com isso nenhum valor foi provisionado na demonstração financeira. **h) Provisão de contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e c) quando o valor puder ser estimado com segurança. **i) Combinação de negócios:** A Companhia e suas controladas usam o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado (compra vantajosa). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas e que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **j) Receitas:** No grupo nstech as receitas são reconhecidas em conformidade ao disposto no IFRS 15/CPC 47: quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável, quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos, com isso a receita não é reconhecida com apenas vinculado ao faturamento dado que com frequência o serviço ser prestado em um mês e liberado para ser faturado apenas em meses posteriores. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. **(i) Receita de risk monitoring e background check:** As receitas de risk monitoring e brackground check compreendem: a) Monitoramento de cargas por meio de bases dedicadas ou rateadas; b) softwares de monitoramento logísticos; c) rastreadores de veículos e cargas; e d) serviços de cadastro e de consultas de motoristas. Todos os serviços são vendidos separadamente. **(ii) Receita recorrente de softwares:** As receitas recorrentes de softwares compreendem: a) mensalidade de software; e b) manutenção, suporte técnico e atendimento ao cliente. **(iii) Receita não recorrente de software:** As receitas não recorrentes de softwares compreendem: a) taxas de licenciamento, que transferem aos usuários o direito de utilização do software por tempo indeterminado; e b) serviço de implantação e customização de softwares, consultoria e treinamentos. **(iv) Receita de averbação:** As receitas de averbação de cargas referem-se ao ato de comunicar às seguradoras os dados referentes às notas fiscais e as características das mercadorias que foram embarcadas para transporte, para que tenham a devida cobertura em caso de sinistro. **(v) Receita fintech:** As receitas auferidas pela controlada IPC Administração SA: a) soluções como pagamento eletrônico de frete, e b) gestão e rastreamento de frete e controle de recursos de frota própria. **(vi) Receita de mídia:** As receitas de mídia compreendem em: • Mídia com revista e portal especializados em Logística e Supply Chain e • Plataforma online de formação logística. **k) Custos e despesas:** Os custos são compostos principalmente por gastos com pessoas, nuvem, softwares e profissionais terceiros contratados. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **l) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. A Log Risk, S. de L.V. de C.V. sediada no México possui 2 tipos de impostos: o imposto sobre o valor agregado (IVA) que corresponde a 16% da receita bruta e o imposto sobre a renda que possui uma alíquota de 30%. **2.6.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **2.6.1.1. Alteração ao IAS 1 "Divulgação de políticas"** Alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **2.6.1.2 Alteração ao IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **2.6.1.3. Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas –** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **3.1. Julgamentos:** No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **a) Prazo de arrendamento:** A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. **3.2. Estimativas e premissas:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: **a) Provisão para perdas esperadas do contas a receber:** A Companhia e suas controladas para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados . O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado (P&L) em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no P&L em "Despesa de PECLD". As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na Nota 07. **b) Provisão para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na Nota 19. **c) *Impairment* de ativos não financeiros:** Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de um orçamento elaborado para os próximos 10 anos, suas projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e capital de giro, além de outros fatores econômicos. que são específicos para a Companhia e a natureza de seus riscos e operações. Conforme citado na Nota 2.4 a Administração concluiu que o cálculo de *impairment* realizado não apresentou impactos na mensuração e com isso nenhum valor foi provisionado na demonstração financeira. **d) Combinação de negócios:** As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição, que envolve a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamentos significativos por parte da Companhia. As divulgações associadas a estes temas estão incluídas na Nota.

Vasco Carvalho Oliveira Neto – Diretor Presidente
Hjalmar Domagh Fugmann – Diretor Financeiro
Rodrigo Moralez – Contador CRC SP 244.417/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
nstech S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da nstech S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP 168.728/O-4

Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde

(Operadora de Planos de Saúde – Registro ANS nº 411752 – CNPJ nº 03.849.449/0001-17)

Edital de Convocação para Assembleia Geral

O Diretor Presidente da Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde, nos usos das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, do Estatuto da Entidade, convoca os associados, que estejam no pleno exercício de seus direitos, para a **Vigésima Nona Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 10h00, no Auditório do Hospital Cruz Azul de São Paulo, localizado na Av. Lins de Vasconcelos nº 356 – Cambuci – São Paulo-SP. A primeira convocação dar-se-á às 10h00 da referida data, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número, para tratar da seguinte ordem do dia: **Vigésima Nona Assembleia Geral Ordinária:** Apreciação e votação do relatório, do Balanço e das Contas da Diretoria, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2023; Comunicação de alteração do Suplente do Conselho Fiscal. São Paulo, 25 de março de 2024.
Victor Alessandro Ferreira Fedrizzi *– Diretor Presidente da Cruz Azul Saúde.* (26/03 e 17/04/2024)

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 - NIRE 35.300.557.352

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024

Data/Hora/Local: 28/03/2024, 14h30, realizada de forma digital por meio da Plataforma Teams. **Convocação e Presença:** Dispensada. A presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração. **Mesa: Presidente**: Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi; **Secretária**: Sra. Manuela Rego Duran. **Deliberações aprovadas:** A ata será lavrada na forma de sumário: **(I)** Aprovada as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023. **(II)** A celebração de aditivo ao contrato de prestação de serviços CT 134/2024, celebrado entre a CBN e a Neufreire, fazendo o valor global do contrato ultrapassar o montante de dois milhões de reais, nos termos da Proposta de Deliberação n. 004/2024. **(III)** Foi aprovada a convocação dos Acionistas para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29/04/2024. **(IV)** Os membros do Conselho de Administração concedem autorização para que a Diretoria da Companhia e das Controladas pratiquem todos os atos, registros e publicações necessários à implementação das decisões tomadas. Nada mais. SP, 28/03/2024. JUCESP nº 143.707/24-3 em 11/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Gransolar do Brasil Construção Ltda.

CNPJ/MF nº 22.471.366/0001-81 – NIRE 35.2.2919253-9

Resolução da Única Sócia 15 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Em 15/04/2024, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade. **Presença:** A totalidade do capital social. **Deliberações:** (i) Aprovar a redução do capital social, **de** R$59.197.130,00, **para** R$46.011.171,00, considerado excessivo em relação ao seu objeto. A redução ora deliberada tornar-se-á eficaz depois de decorridos 90 dias da publicação deste ato, conforme o disposto no artigo 1.084 do Código Civil e da realização da respectiva alteração do contrato social; (ii) A restituição do montante aprovado da redução à única sócia ou a sua destinação conforme instruções da única sócia; (iii) Aprovar a publicação desta ata no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Data Mercantil; e (iv) Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais a deliberar. São Paulo, 15/04/2024. Sócia única: **Grupo Gransolar Sociedad Limitada**, Por: André Luis Fonseca Sérgio – Procurador.

DMCard Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 36.238.874/0001-29 - NIRE 35.3.0.054.871-0

Ata de Assebleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2024

Data/hora/local: 15/04/2024, 09h30, na sede social. **Convocação e presença**: Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Sr. Denis Cesar Correia ("Presidente"); e Sr. Juan Pablo Garcia Agudo ("Secretário"). **Deliberações aprovadas**: A lavratura da presente ata será em forma de sumário: **(i)** As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Aprovar a destinação do resultado líquido do exercício encerrado em 31/12/2023, conforme a seguir: foram apurados lucros no valor de R$ 197.678,32 R$ 9.883,92 foram destinados para conta de Reserva Legal; **(b)** R$ 131.456,08 foram destinados para a conta de Reserva de Lucros; e **(c)** R$ 56.338,32 foram destinados para a conta de Reserva Especial de Lucros, tendo em vista que as acionistas decidiram, de forma unânime, não realizar a distribuição de dividendos. **(iii)** A eleição para um mandato de 2 anos a contar da presente data, de: (i) **Denis César Correia**, brasileiro, empresário, para o cargo de **Diretor Presidente**; de (ii) **Juan Pablo Garcia Agudo**, brasileiro, empresário, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica;** e (iii) **Tharik Camocardi de Moura**, brasileiro, administrador de empresas, para ocupar o cargo de **Diretor Financeiro**. Os Diretores tomam posse mediante assinatura dos Termos de Posse e declaram sob a pena da Lei, não estares incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **(iv)** Consignar que as deliberações da presente assembleia não afetam eventuais direitos de indenização que suas acionistas possam ter, nos termos do acordo em 10/12/2021. Nada mais. São José dos Campos, 15/04/2024.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4811
Dólar (EUA) - 5,2635
Franco (Suíça) - 5,767
Iene (Japão) - 0,03405
Libra (Inglaterra) - 6,5462
Peso (Argentina) - 0,00606
Peso (Chile) - 0,005345
Peso (México) - 0,3097
Peso (Uruguai) - 0,1353
Yuan (China) - 0,7272
Rublo (Rússia) - 0,05591
Euro - 5,5951

Mercado Livre confirma investimento de R$ 23 bi no Brasil e anuncia criação de 6,5 mil empregos



O Mercado Livre anunciou na segunda-feira, 15, um aporte de R$ 23 bilhões para ampliação de suas operações no Brasil. O valor será investido para abertura de novos centros de distribuição em Brasília, Pernambuco e Porto Alegre e a previsão é que sejam gerados 6,5 mil empregos. O anúncio ocorreu durante reunião do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com o CEO da empresa no Brasil, Fernando Yunes.Trata-se do maior investimento nos 25 anos de atuação da empresa no país. Com o incremento da infraestrutura, a empresa de e-commerce pretende aumentar a quantidade de cidades com entregas rápidas, feitas no mesmo dia ou no dia seguinte.

O encontro com o presidente Lula contou ainda com a participação do vice-presidente, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Luiz Marinho (Trabalho), entre outros.

A operação no Brasil representa 52% da receita líquida total dos negócios da Mercado Livre na América Latina.

A empresa também ampliará a quantidade de pessoal em sua fintech, o Mercado Pago, que foi parceira do governo federal no programa Desenrola, de renegociação de dívidas.

A previsão é a de ampliar os atuais 22 mil colaboradores para 29 mil até o final deste ano. Dos 6,5 mil empregos a serem gerados no país, 5,2 mil devem ser absorvidos para as operações de logística e outros 875 para a área de tecnologia. Os demais serão realocados em outros setores.

O Mercado Livre foi fundado em 1999 e atualmente opera em 18 países e emprega cerca de 58 mil colaboradores. A plataforma de vendas registra atualmente cerca de 3,3 milhões vendedores por ano.

Segundo a empresa, mais de 1 milhão de famílias vivem tendo como sua principal renda o Mercado Livre.

IstoéDinheiro

Grupo Entre levanta R$ 200 milhões para expansão

O Grupo Entre acaba de captar R$ 200 milhões, via emissão de debêntures. Segundo seu CEO, Antônio Freixo, o dinheiro será usado em uma nova etapa de expansão, iniciada com a criação, a partir de 2022, de um ecossistema de soluções em meios de pagamento, serviços digitais agregados e soluções financeiras. Agora, o objetivo é ganhar escala em clientes e negócios.

"Passamos os últimos dois anos reunindo talentos, adquirindo participação em empresas complementares e criando um modelo de negócios realmente capaz de transformar o mercado de meios de pagamento", afirma o empresário, também conhecido como Mineiro. "Chegou a hora de acelerar a operação para ajudar um número bem mais amplo de clientes a fazer negócios."

A Entre tem um modelo de negócios diferente dos grandes competidores do mercado de meios de pagamento no Brasil. Isso porque sua atuação é restrita ao mercado B2B. Sua empresa de Adquirência, a EntrePay, não tem maquininhas de cartão com a própria marca, ao contrário dos concorrentes. Em vez disso, a Entre habilita outras empresas, em geral bancos ou grandes redes de franquias, para que possam operar como subadquirentes, com maquininhas próprias. O conceito é conhecido como white label, ou marca branca.

O grupo pretende ganhar mais com a comercialização de produtos e serviços, através das maquininhas dos clientes parceiros, do que com tarifas sobre as transações, diz Mineiro. Para isso, montou um ecossistema de empresas que vai oferecer desde microcrédito e microsseguros até publicidade e apps para automação da gestão de pequenos negócios, entre outros.

"O tradicional modelo de venda de máquinas e taxas de antecipação de recebíveis se tornou 'commodity', afirma Mineiro. "Foi o que nos levou a buscar um novo modelo, capaz de trazer maior inovação e competitividade para os nossos clientes". IstoéDinheiro



Magazine Luiza lança novos serviços de nuvem e anuncia parceria com a Dell



O Magazine Luiza anunciou na terça-feira, 16, três serviços públicos de seu sistema de nuvem. O primeiro deles é o Object Storage, que oferece armazenamento para atender à demanda de armazenamento de dados de empresas e usuários individuais. O segundo é o Turia IAM, que permite gerenciar contas de funcionários, fornecedores ou terceiros. Ele controla o acesso a sistemas corporativos como Google Workspace, Office 365, TOTVS e SAP. Por fim, o terceiro lançamento se trata do ID Magalu, que permite que um usuário acesse diversos serviços online por meio de uma conta única, sem a necessidade de ter múltiplos cadastros.

A empresa anunciou ainda parcerias com a Dell Technologies e Bacula, empresas de de proteção de dados. "As parcerias que anunciamos em conjunto com o Object Storage da Magalu Cloud garantem continuidade de negócio para clientes de todos os perfis, e comprovam nossa intenção de entregar soluções completas para operações digitais de missão crítica", diz Christian 'Kiko' Reis, diretor da Magalu Cloud.

A parceria com a Dell visa aproximar os clientes corporativos da Dell Technologies que já utilizam as soluções de proteção e armazenamento de dados (Data Domain) e queiram movimentar suas informações para o ambiente de armazenamento (Object Storage) de nuvem pública oferecido pela Magalu Cloud. Isso se dará por duas ofertas principais: longa retenção de dados e réplica de dados em ambiente virtual.

"A parceria com a Magalu Cloud tem por objetivo oferecer aos nossos clientes a possibilidade de que eles possam mover e proteger seus dados para a nuvem pública com um custo mais competitivo em relação à média do mercado, sempre assegurando desempenho, agilidade e, sobretudo, segurança", afirma Dante Machado, diretor de Vendas Enterprise da Dell Technologies.

IstoéDinheiro